

## **ESTUDO SOBRE AS ESCOLAS PROFISSIONAIS FEMININAS DE SANTA CATARINA: UMA INVESTIGAÇÃO ENTRE DOCUMENTOS E MEMÓRIAS<sup>1</sup>**

Juliana de Azevedo Pereira<sup>2</sup>, Mara Rúbia Sant'Anna<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “Escolas de Artes e Ofícios do Brasil: Escolas Profissionais Femininas de Santa Catarina (EPFSC)”

<sup>2</sup> Acadêmico (a) do Curso de Bacharelado em Moda – CEART – Bolsista PROBIC

<sup>3</sup> Orientador, Departamento de Moda – CEART – sant.anna.udesc@gmail.com

Essa pesquisa foi realizada a partir do projeto interinstitucional “Escolas de Artes e Ofícios do Brasil: história, propostas formativas e continuidades na formação do Bacharelado em Design de Moda”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Rúbia Sant'Anna. Com início em agosto de 2020, o estudo focou na investigação sobre as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), criadas a partir do decreto 7.566, de setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha. Com o objetivo de oferecer um ensino prático e técnico a meninos menos afortunados, o decreto propõe que houvesse EAAs em cada uma das capitais dos estados brasileiros.

Com a conclusão dessa primeira etapa da pesquisa, iniciou-se a última etapa do projeto voltada para a investigação das Escolas Profissionais Femininas de Santa Catarina (EPFSC). O estudo tem como base a lei estadual nº 3.676 de 1965, assinada pelo governador Celso Ramos, que dispõe sobre a criação de 32 EPFSC, espalhadas em 31 municípios catarinenses.

Na etapa do projeto realizada no semestre 2023/1, foram feitas reuniões presenciais semanais; leitura e realização de fichamentos; organização e conferência das pastas do drive e diretório do Teams; levantamentos de notícias de jornais; criação de posts para mídias sociais do Laboratório Moda, Artes, Ensino e Sociedade; participação na comissão organizadora do 5º Caminhos do Contemporâneo (2022/2); correção ortográfica do livro “O Jovem Victor Meirelles: tempos, traços e trajés” de autoria da coordenadora; e apresentação no 32º Simpósio Nacional de História, no Maranhão, por Nathaly Schelbauer, com o trabalho “Escolas Profissionais Femininas: uma história da educação catarinense”, escrito com minha coautoria. E, para ainda este ano será realizada a apresentação do trabalho “Vestígios Escassos e Histórias Excluídas: Escola Profissional Feminina de Santa Catarina” com coautoria de Nathaly Schelbauer, no 18º Colóquio de Moda, em Fortaleza. Além disso, também visa-se a submissão do artigo “Memórias e Documentos das Escolas Profissionais Femininas do Litoral Sul Catarinense” na Revista Educação (UFSM) e a apresentação do trabalho “Memórias, afetos e intercâmbios: experiências de professoras das Escolas Profissionais Femininas”, no 1º Encontro do Núcleo de Memória do IFRS.

Acerca do artigo individual desenvolvido neste semestre, tem-se como tema “Memórias e Documentos das Escolas Profissionais Femininas do Litoral Sul Catarinense” e se centra na relação entre os relatos e os poucos registros legais existentes sobre as Escolas Profissionais Femininas da região do litoral sul catarinense. O objetivo é cotejar as memórias e as dificuldades encontradas na obtenção de relatórios, leis e outros dispositivos legais que o Estado Catarinense sugere não ter tido a devida atenção em sua preservação e catalogação. A metodologia é exploratória, de caráter bibliográfico e conta com a análise em fontes primárias.

Devido à falta de documentos disponíveis na internet e nos próprios arquivos da Secretaria de Educação de Santa Catarina sobre as Escolas Profissionais Femininas, houve a necessidade de realizar entrevistas presenciais e online. Entre as cidades visitadas estão: Criciúma, Urussanga e Lages, levando em consideração que em Lages não foram feitas entrevistas presenciais, mas uma busca por documentos relevantes no Museu Histórico Thiago de Castro.

Mesmo a partir do contato com as entrevistadas, o Museu, Secretarias de Educação, Coordenadorias Regionais Educação, Bibliotecas, Rádios e Jornais locais, ainda desconhecemos o decreto que deu origem às EPFSC e a quantidade de escolas que foram criadas ao redor do estado. Deste modo, a pesquisa teve como ponto de partida o decreto nº 3.676 de 28 de junho de 1965. O documento em questão é o único que lista 32 instituições de ensino denominadas EPF e arrola cursos oferecidos, vagas ocupadas e a serem preenchidas por docentes, dando-nos a entender que antes desse período já haviam EPFSC instauradas no estado.

Devido à grande quantidade de escolas existentes no texto da Lei de 1965, decidiu-se antes do início da pesquisa do projeto geral, dividi-las em três grupos, separando as cidades pelas regiões do Litoral Norte, Litoral Sul e Meio Oeste. Dessa forma, essa pesquisa delimita-se à procura de remanescentes históricos documentais e de memória viva das EPFSC, referentes às escolas da região do Litoral Sul catarinense, situadas nas seguintes cidades: Araranguá, Braço do Norte, Criciúma, Imbituba, Jaguaruna, Lages, Laguna, Nova Veneza, Orleans, Tubarão, Urussanga.

Com o intuito de formar artesãs mediante à aquisição de conhecimentos técnico-profissionais, o decreto traz no seu corpo a menção aos seguintes cursos: Corte e Confecções, Bordados e Rendas, Flores, Chapéus e Artes Aplicadas, Pintura e Educação Doméstica.

Como resultados finais da pesquisa, apontam-se o caráter secundário e marginal que o ensino profissionalizante destinado ao público feminino teve no contexto geral da educação para o trabalho no século XX em Santa Catarina.

Apesar de bem escrito no texto da lei 235 de dezembro de 1948 e da lei estadual nº 3.676 de 1965, o intuito de formar mulheres para atuarem no meio profissional, nota-se desprestígio em relação a esse tipo de ensino encoberto na história das EPFs. A começar pela negligência dos órgãos públicos em conservar os documentos essenciais para a preservação da memória dessas instituições, que possuíam prédios próprios, equipe de funcionários, alunos e recursos que ajudaram a mantê-las em funcionamento.

Outro ponto de análise, comentado nas entrevistas realizadas, foi o abrupto fechamento das escolas sob a justificativa de que o dinheiro da educação não servia para pagar os professores desse tipo de ensino, um ensino voltado para o manual e, após reformulações, com cursos voltados também para a indústria. Consideradas apenas como “terapia” para as mulheres, através da memória das entrevistadas, vê-se o desprezo pelo ensino manual e feminino, pela gestão governamental que não hesitou em fechar EPFs de forte presença e influência nas comunidades que as sustentavam.

**Palavras-chave:** EPF. Ensino Profissionalizante. Memórias de Vida. História da Educação Catarinense.